

ENTREPRENEURSHIP
AND REGIONAL DEVELOPMENT

QUEM ENTREVISTA

*Maicon Rodrigo Rugeri
Oswaldo Freitez Carrillo
Leo Name*



ANDRÉIA MOASSAB

*MALOCA
PPGPD / UNILA*



ARQUITETURA, GÊNERO E RAÇA

Andréia Moassab é arquiteta e urbanista formada pela Universidade Paulista (UNIP), com mestrado e doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), tendo realizado um estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Em paralelo a essa formação acadêmica, manteve uma forte atuação técnica na área de planejamento e desenvolvimento urbano. Foi estagiária da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA), trabalhando na equipe que tratava de questões habitacionais no Plano Metropolitano – levantando informações junto a quase trinta prefeituras do estado de São Paulo e percebendo, por isso, que nenhuma favela constava das bases cartográficas paulistas (o que era bastante comum, aliás, na maioria das cidades brasileiras na década de 1990). Recém-formada, tornou-se arquiteta da Superintendência de Aprovação de Empreendimentos, na Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU-GSP), com responsabilidades

nos processos de regularização fundiária de conjuntos habitacionais do governo e, mais uma vez, lidando com dados e bases cartográficas que diziam inexistir construções, ruas e pessoas que existiam...

Mudou-se para Cabo Verde. Viveu os problemas de precariedade e escassez daquele território como mais uma oportunidade de mergulho intelectual e reposicionamento epistemológico: trabalhou no Centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento do Território (CIDLOT), uma unidade orgânica da Universidade de Cabo Verde – onde também foi docente do Departamento de Ciência e Tecnologia – e lá pôde perceber o enorme silêncio na literatura sobre o urbano a respeito das cidades africanas (que, quando muito, eram abordadas em comparação ao modelo normativo, implícito, das cidades europeias e estadunidenses). De volta ao Brasil, tornou-se professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), instituição na qual conheceu os egressos e o docente que elaboraram conjuntamente as questões desta entrevista, respondidas por Moassab por e-mail. Na UNILA, ela se deu conta de que nas teorias urbanas as cidades latino-americanas recebiam quase o mesmo silêncio obtido pelas africanas. Passou, por isso, a fazer uma crítica comparatista destas duas realidades. Sua atuação em ensino e seus projetos de pesquisa e extensão têm, então, promovido o diálogo entre as “epistemologias do sul” (SANTOS e MENESES, 2010), a “sociologia das ausências” (SANTOS, 2002), o giro decolonial e, mais recentemente, o legado marxista do dependentismo latino-americano – do qual, aliás, Aníbal Quijano foi um dos grandes expoentes, ainda que contemporaneamente seja mais celebrado pelos escritos fundacionais da decolonialidade¹ (GROSFUGUEL, [2000] 2018; NAME, 2019). Pleiteando uma abordagem interseccional entre classe, gênero e raça no campo de arquitetura e urbanismo, Moassab vem procurando evidenciar, por exemplo, os traços racistas tanto nos modos de representar dos desenhos técnicos quanto nos modos de eleger e enunciar a arquitetura que se diz patrimônio; e as ausências, no ensino e na pesquisa, em torno da atuação de arquitetos negros e sobretudo, arquitetas negras, além dos saberes estéticos e tectônicos oriundos das matrizes africanas e indígenas (MOASSAB, 2013a, 2013b, 2016 e 2020; MOASSAB e BERTH, 2018; MOASSAB e CUNHA, 2019; NAME e MOASSAB, 2016).

Seu debate é importante por mostrar que a colonialidade do poder, afinal, não é abstrata: ela se “espacializa” na sobrevalorização de territórios, corpos, objetos e saberes de matrizes e padrões de poder branco-burgueses; e, sobretudo, na ocupação, transformação, exploração, inferiorização e destruição de territórios, corpos, objetos e saberes outros (NAME e ZAMBUZZI, 2019). Sendo assim, é pertinente se esmiuçar as espaciotemporalidades da colonialidade tanto quanto é urgente revisar, a partir de uma perspectiva decolonial, os fundamentos epistemológicos da arquitetura, do urbanismo e do planejamento do território.²

Fale um pouco, por favor, de sua trajetória pessoal e acadêmica. Antes de uma adesão à decolonialidade, seu maior contato foi com o debate sobre as chamadas “epistemologias do sul”, não é verdade?

Primeiramente gostaria de parabenizar a equipe editorial da revista pela escolha do tema para o dossiê e agradecer imensamente o convite. É também um orgulho que a entrevista seja conduzida por egressos e por um colega do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (CAU UNILA), egressos agora pós-graduandos da UFBA – não por acaso ex-orientandos e parceiros de muitos debates que certamente aparecerão ao longo dessa conversa.

Reconheço que foi a minha vinda para a UNILA, em 2012, o que me aproximou do giro decolonial, sendo talvez, um bom marco temporal para abrir este diálogo. Antes de chegar aqui tenho um percurso no programa de estudos pós-graduados em Comunicação e Semiótica da PUCSP, o estágio doutoral que fiz no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e, certamente, meu trabalho para implantação do Centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento do Território (CIDLOT), na Universidade de Cabo Verde e os anos iniciais de minha vida profissional, dedicados ao serviço público. É, portanto, nesse trânsito entre três continentes, motivado sobretudo pelos afetos, que me preparam para os desafios impostos pela implantação da UNILA, em específico, do CAU UNILA.

21

Essa estrada pregressa foi trilhada, digamos, pelos estudos feministas, das relações étnico-raciais, pela sociologia das ausências e pelos estudos pós-coloniais. Mas chego neles, veja que curioso, depois de passar muitos anos estudando a semiótica concreta, como é compreendido na PUCSP o pensamento deleuziano. Sucede que em meados do meu doutorado ficou claro os limites de um pensamento crítico com base numa perspectiva eurocentrada, que não estava dando conta de fenômenos que me interessavam compreender – hoje em dia sei o porquê, mas não tinha essa clareza naquele momento, coisa de há quinze anos. Nessa altura, Boaventura de Sousa Santos me foi basilar para uma crítica à modernidade que não fosse o pós-modernismo eurocêntrico que ele mesmo vai chamar, ainda nos anos de 1990 de “pós-modernidade de resistência” – por falta de melhor termo –, designação abandonada na década seguinte em favor do pós-colonial e da epistemologia do sul. Então, em 2006, concorro a um edital nacional do CNPq para apoio a estágio doutoral e sou contemplada, o que me leva nos anos seguintes a uma estadia no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), justamente com o professor Boaventura. É importante lembrar que ele fez parte do grupo colonialidade-modernidade, tendo sido ele também um colaborador daquilo que iria ser, depois, denominado “pensamento decolonial”. Foi naquela temporada, em Portugal, que tive meu primeiro contato, por exemplo, com o pensamento do argentino Enrique Dussel, na aula magistral

que ele proferiu no CES com o tema “Meditações anti-cartesianas: o primeiro anti-discurso da Modernidade”.³ Durante minha estada tive contato com produções muito ricas nesse sentido, que na ocasião me levaram a uma maior proximidade com o pensamento pós-colonial, especialmente aquele produzido nos países que estiveram sob dominação portuguesa na África.

Na minha tese de doutorado, sobre o hip-hop,⁴ a questão racial era central. Em Portugal, aprofundo este tema com os colegas africanos e africanas, tanto do meio acadêmico quanto do meu convívio social. Depois do meu retorno ao Brasil e da defesa da tese, mudo-me para Cabo Verde, por motivos pessoais, já que meu companheiro é de lá. Foi uma vivência indispensável para incorporar uma experiência não sobre o contexto africano, mas, especialmente, a partir dele. De 2009 a 2012 vivi e trabalhei partilhando as dificuldades tanto de fazer pesquisa quanto de um cotidiano imerso em escassez, o qual não impediu, pelo contrário, instigou a produção de diversas reflexões, projetos e publicações. Em Cabo Verde, tive a oportunidade de propor e executar planos de aulas concebidos na relação indissociável entre prática e teoria e organizar, entre outras tantas atividades, o curso de extensão “Cidades e Globalização: Perspectivas a partir do Sul Global”, no âmbito do meu trabalho como coordenadora do CIDLOT, junto com a arquiteta cabo-verdiana Patricia Anahory, amiga e companheira de pesquisa desde então. Naqueles anos, ficou bastante claro que o debate sobre megacidades e as teorias urbanas em voga desconsideravam totalmente a história das cidades africanas e os fenômenos urbanos contemporâneos em África – eram citados, quando muito, como ilustração das teses feitas no norte, incluindo as grandes cidades como Lagos e Joanesburgo. Não obstante, ao implantar o centro de pesquisa, verificamos não ter livros sobre as cidades africanas de um modo geral e quase nada em português. Alguma coisa que conseguíamos encontrar era produzida sob uma perspectiva muito eurocentrada, era um deslocamento das reflexões do norte para estudos de caso no continente africano. Uma tristeza... Tanto em África quanto na América Latina a produção científica é extremamente dominada por um pensamento nortecentrado e o trabalho no CIDLOT foi vital nas minhas trajetória e reflexões sobre a sua inadequação para os fenômenos urbanos que têm na sua genealogia a cidade industrial inglesa...

Recentemente, me dei conta que essa paralaxe entre a realidade e os textos e documentos oficiais, na verdade, já me incomodava desde minha época de estudante. No início dos anos de 1990 eu fui estagiária na EMPLASA, uma empresa pública de planejamento da região metropolitana de São Paulo, uma grande escola para mim. Certamente a experiência no serviço público forjou muito da minha formação e perspectiva profissional e de mundo. Na época, estava em curso da elaboração do plano metropolitano e, como estudante de arquitetura e urbanismo, fui indicada para colaborar com a equipe que trataria das questões habitacionais. Acho que pela falta usual de pessoal nos serviços públicos, mesmo como estagiária acabei recebendo uma enorme responsabilidade que era

entrar em contato com todas as prefeituras – eram quase trinta – para levantar informações, dados e localização das favelas em todos os municípios da região metropolitana para juntá-los numa mesma base cartográfica. Fizemos, acredito, o primeiro levantamento das favelas da Grande São Paulo. A gente tinha, na EMPLASA, acesso a toda aerofotogrametria do IBGE e nossa compatibilização usou aquela base cartográfica. É aí que começo a notar um completo desencontro entre os dados oficiais e a vida das pessoas. Nas cartas do IBGE, que eram completíssimas, com lançamento das quadras e ruas, simplesmente não existiam as favelas. Nenhuma! Passamos meses para conseguir adaptar às diferentes escalas nas quais recebíamos o material das prefeituras para uma única base. Naquela época ainda era tudo feito à mão, sem o auxílio de computadores. Foi um imenso aprendizado.

Quando me formei, acabei indo trabalhar noutra empresa pública, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), a maior empresa habitacional da América Latina. Integrei a equipe responsável pela regularização fundiária dos conjuntos habitacionais já existentes, alguns há mais de trinta anos. Regularização fundiária era um tema novo nos anos de 1990 e a gente estava começando a trilhar os caminhos deste debate. No nosso departamento estavam os cento e vinte casos mais complicados da Companhia, difíceis de regularizar. Os conjuntos sob nossa responsabilidade eram constituídos por casas ou prédios feitos onde haviam sido registradas ruas – eram ruas abertas, asfaltadas e infraestruturadas, onde no cadastro municipal constavam quadras... Uma confusão! Esse desencontro entre a implantação da realidade e os papéis jurídicos tinha consequências graves, impedia que as pessoas tivessem a titularidade dos imóveis, uma situação muito complicada, de insegurança jurídica, especialmente, pense, porque a gente está falando de conjuntos habitacionais feitos pelo governo, não eram bairros espontâneos...

23

Depois eu trabalhei como consultora para planos diretores e regionais em diversas regiões interioranas do país – interior do Nordeste, interior da Amazônia, do Centro-Oeste. Foram alguns anos de experiência com os espaços urbanos em interiores muito distintos e periferias em todas as regiões do país, nos quais desde sempre esse desencontro entre os dados e a vida vivida das pessoas me instigou e alimentou reflexões e brigas políticas em trabalhos que deveriam ser “técnicos” ou “neutros”. No relatório de um levantamento que fiz no interior de Sergipe, eu inseri versos de cordel – uma “heresia”, digamos, em trabalhos técnicos. Eu tinha passado alguns dias conversando com as pessoas de cidadezinhas muito pequenas que eram parte da região a ser analisada e aquelas histórias estavam contadas em cordel. A história da seca e da luta pela terra. No relatório, que era para o governo do Estado renovar um financiamento com uma agência internacional, eu apontava que não haveria possibilidades dos projetos na região serem bem sucedidos sem o envolvimento dos movimentos sociais locais.

Essa estrada foi axiomática para as minhas reflexões, na década seguinte, as quais acabo levando para os meus estudos pós-graduados, sempre nessa fricção, nessa fronteira entre a cidade, o campo, os movimentos sociais e, agora, a universidade. A semiótica foi a ferramenta inicial que me permitiu defender cientificamente aquilo que eu já vinha fazendo: a inclusão da música, da literatura, das artes, nos trabalhos ditos “técnicos”, como informações essenciais para compreender o mundo. No meu mestrado, trabalhei a fronteira entre arte e espaço urbano e tive a oportunidade de colaborar no projeto “Arte/Cidade Zona Leste”, como assistente de curadoria. O “Arte/Cidade” foi dos projetos de arte mais proeminente no país na segunda metade da década de 1990 e virada da década de 2000. Meu orientador de mestrado, Nelson Brissac, era também o curador e coordenador do projeto, o que me aproximou enormemente de reflexões sobre arte e os limites da institucionalidade. Foi nesse período que mais uma camada era adicionada à minha formação, ao perceber que as visualidades também são texto, também são informação, formam e informam o mundo. Então, daquele desencontro entre a vida vivida e os dados oficiais e mapas, comecei a desconstruir a hierarquia entre texto e imagem ou entre ciência e arte. Se num primeiro momento o uso do cordel era mais intuitivo como dado relevante em relatórios técnicos, a semiótica foi uma ferramenta potente para organizar essas reflexões.

24

Nos anos do meu doutorado, pude colaborar na pesquisa “A invenção do Mesmo e do Outro na mídia semanal”, coordenado pelo meu orientador, José Luiz Aidar Prado, no Grupo de Pesquisa em Mídia Impressa da PUCSP. A gente analisou todas as reportagens de capa de todas as edições das revistas de notícias com circulação nacional: *Veja*, *Isto É*, *Época* e *Carta Capital*. O resultado foi um mapeamento maravilhoso sobre as representações na mídia, recuperando matérias da *Veja* dos anos de 1960, por exemplo, já vinculando criminalidade à pobreza e às pessoas negras. O objetivo da pesquisa foi a construção de um banco de dados multimidiático, organizado em hipermídia, com vídeos, textos e imagens, sobre a mídia semanal no país. Eu coordenei os trabalhos referentes ao “Outro”, isto é, às mulheres, periferias, homossexuais, movimentos sociais, levando evidentemente estas reflexões para a minha própria pesquisa de doutorado, mas sobretudo consolidando uma compreensão da formação e disputa das subjetividades. Nesse contexto, igualmente, a ecologia de saberes, proposta por Boaventura de Sousa Santos (2007), fez muito sentido e me permitiu organizar inquietudes analíticas que me acompanhavam desde muito tempo.

Em Cabo Verde, quando nasceu minha filha, tanto a distância da família quanto aquele contexto mais duro passam a ter mais peso no cotidiano. O regresso ao Brasil entra no horizonte, mas não é uma decisão fácil, na medida em que a família de meu companheiro está, em sua maior parte, em Cabo Verde e outra parte, em Portugal. Além disso, o trabalho no CIDLOT era extremamente instigante. É quando, talvez pelas coincidências da vida, uma amiga mostra o projeto inovador da UNILA, cujo cerne estava em total sintonia com os meus interesses, uma

raridade em termos de contexto acadêmico. Assim, ao fazer a minha proposta para vir para cá, primeiramente como Professora Visitante, ficou claro que estes problemas epistemológicos e de método que vínhamos nos dispendo a enfrentar em Cabo Verde, diziam respeito de mesmo modo às cidades latino-americanas. Só que, por aqui, ao contrário de muitas das cidades africanas, determinados contextos urbanos altamente industrializados, como é o caso de São Paulo, podem escamotear o despropósito de trasladar os debates do norte para o sul – desde a cidade industrial até a predominância de trabalhos e publicações sobre as grandes cidades, mas isso em todas as áreas do conhecimento. É justamente com base nesta prática prévia no continente africano que formulo a proposta de atuação acadêmica apresentada no concurso, orientada para o que designei “diálogos do sul” e, mais especificamente, uma proposta de um “Urbanismo para o Sul Global”. Na ocasião propus como marco teórico do meu projeto de atuação acadêmica uma abordagem do fenômeno urbano pautada sob a luz dos estudos pós-coloniais: Frantz Fanon, Amílcar Cabral, Achille Mbembe – e no caso de Fanon e Cabral, também sob a ótica marxista. Desde o início da minha chegada à UNILA eu estava buscando desenvolver um instrumental teórico próprio para analisar cada realidade, aproveitando a minha trajetória no continente africano, para atuar sob uma perspectiva crítica desde o Sul. Em outras palavras, não era (e não é) o caso de simplesmente estudar a África, o que não faria nexos numa universidade inserida em outro contexto, como a UNILA. Tratava-se, isto sim, de aproveitar uma experiência significativa naquilo que ela pode colaborar para o desenvolvimento de um pensamento crítico latino-americano, voltado, no caso, para a arquitetura e o urbanismo... E veja, acabei de desenhar a história, inclusive, do grupo de estudos que lidero, o MALOCA: Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul!

25

Não é, portanto, casual o meu encontro com a UNILA acontecer após alguns anos atuante numa universidade africana, e engajada numa perspectiva de atuação acadêmica e profissional de vertente pós-colonial, alicerçada no Sul Global. Ao contrário, o meu retorno ao Brasil, especificamente para a UNILA, foi imbuído numa esperança de estar num ambiente acadêmico que possibilitasse uma radicalização dessa perspectiva. Julgo, então, que a afinidade com o giro decolonial integra essa trajetória, trilhada com muita luta política que é no campo das reflexões e no campo das práticas, algo que faz muito sentido e que tem me auxiliado imenso na continuidade das minhas reflexões, da minha práxis, melhor dizendo. O fato de vivermos um cotidiano com estudantes e colegas oriundos de diversos países do subcontinente e de várias regiões do Brasil, de estarmos no interior, numa zona fronteiriça, nos impulsiona a um deslocamento epistemológico constante, facilitado, em grande medida pelo pensamento decolonial.

Para você, qual a importância do conceito de “colonialidade do poder”, conforme formulado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, centrado na ideia de “raça”?

E, para você, qual a importância atual do giro decolonial, levando em consideração o recrudescimento dos movimentos conservadores?

Ao indicar a racialização do sistema-mundo moderno-colonial, Quijano aponta para um dos pilares mais determinantes para a estruturação da sociedade nos últimos 500 anos. É com a invasão das Américas que a Europa se coloca no centro do mundo e esta talvez seja uma das contribuições mais fundamentais do pensamento decolonial. Ainda, o mesmo Quijano vai demonstrar que o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade e que a ideia de raça produziu, nas Américas, identidades sociais novas. A colonialidade do poder, ao hierarquizar as diferenças entre grupos humanos com base numa diferença entre conquistadores e conquistados, na ideia de raça, ou seja, “uma supostamente distinta estrutura biológica que situava uns em situação natural de inferioridade em relação a outros”, como afirmava Quijano ([2000] 2005), acabou por classificar toda a população da América e, mais tarde, do mundo. Essa nascente ideia de raça não apenas forjou como também legitimou um poderoso padrão de dominação social, vigente até hoje. E, junto com o patriarcado, o racismo será a base de desenvolvimento e consolidação do próprio capitalismo.

Ao deslocar a ideia de modernidade do Iluminismo para a invasão das Américas, o giro decolonial expõe alguns problemas do pensamento crítico que se recusa a compreender que o racismo integra o sistema econômico, a produção de riqueza e acumulação que viabilizaram o “florescimento do esplendor” europeu do século XVII em diante. A centralidade autoimposta da Europa diante do resto do mundo é construída com base nessa de hierarquização racial que justifica as barbáries do chamado processo civilizatório e é instrumental *sine qua non* para o avanço do colonialismo e do imperialismo desde o século XIX. Ao “mover” a linha da história como ela é usualmente contada, deslocar o marco inicial da modernidade e incluir aí o racismo, muitas outras questões emergem. É o giro decolonial que me alerta para esse deslocamento, inclusive, até o momento, com muito mais fôlego para compreender as hierarquias de raça e classe e menos para de gênero.

Toda a construção da América Latina é, portanto, baseada numa hierarquização social intrínseca ao sistema-mundo colonial-moderno, com implicações na formação das subjetividades, das narrativas históricas, dos juízos de valores – enfim, todo um arcabouço que segue até hoje como justificativa para o genocídio da população negra ou da população indígena, para a espoliação da natureza, para o feminicídio. Desse modo, o giro decolonial, complementa, a meu ver, outras perspectivas epistemológicas e facilita uma compreensão do patriarcado-racista-capitalista, assim mesmo, com hífen...

De um modo geral, o fazer ciência no Brasil é muito conservador. Na nossa área, quando o debate é mais progressista trata-se muito bem da ocupação do terri-

tório e da formação das cidades e suas periferias tomando em conta as classes sociais. Sabemos que as zonas menos infraestruturadas dos espaços urbanos são ocupadas pelas pessoas pobres, muitos bons autores e autoras publicam constantemente sobre isso. O que é pouquíssimo ou quase nada abordado é que as pessoas pobres têm “cor” e as mais pobres ainda, têm gênero: são as mulheres negras e as mulheres indígenas aquelas com menor acesso a direitos e à cidade. Quando teve o vazamento criminoso da Vale em Bento Rodrigues, comecei a observar que muitas das pessoas atingidas eram negras. Estava ali, evidente nas fotos. Nenhum meio de comunicação, nenhum artigo acadêmico tratou disso e muito material foi produzido, de excelente qualidade, diga-se. Ora, pela história de ocupação do território nacional, onde tem uma cidade histórica, tem também muito sofrimento ancestral – Bento Rodrigues é uma comunidade negra nas rebarbas de Mariana, que foi um dos maiores centros produtores de ouro do Brasil Colônia. Resulta que as áreas de risco tendem a ser justamente ocupadas pelas pessoas negras ou não brancas, em todo o mundo. Outro exemplo: quando houve o plebiscito sobre o acordo de paz na Colômbia, as fotos mostravam uma profunda divisão racial no país. Católicos extremos, a elite branca, eram contra o acordo e as vítimas das regiões mais afetadas pelo conflito, majoritariamente negra ou indígena, eram favoráveis. Em toda América Latina esta divisão está posta.

Atualmente, vivemos escancaradamente uma guerra ideológica, onde foram criadas falácias fantasiosas como o tal “marxismo cultural” a ser combatido. Isto significa por um lado um processo de censura e perseguição à ciência, às artes e à cultura, mesmo aquelas mais conservadoras, contra as quais, inclusive, nos posicionávamos. Há pelo menos três décadas estávamos pautando a universidade como projeto de poder, com a intenção de democratizá-la, de construir uma universidade popular, incluyente. Hoje, o recrudescimento dos movimentos conservadores que vocês apontam obrigam a que recuemos imensamente nossa luta pela transformação social e a luta pela emancipação humana. O giro decolonial, nesse contexto, ajuda a perceber rapidamente que a exploração capitalista em todas as suas artimanhas recai com mais brutalidade sempre sobre os povos não brancos, sobre as mulheres e sobre os países do Sul – uma distribuição geopolítica clara da perversidade que reproduz e reforça a divisão do sistema-mundo moderno-colonial.

Muitos intelectuais da “primeira geração” do giro decolonial, como Walter D’Mello, Arturo Escobar, Linda Martín Alcoff, Ramón Grosfoguel, María Lugones e Nelson Maldonado-Torres, escreveram seus textos das décadas de 1990 e 2000 na condição de latino-americanos vivendo nos Estados Unidos e ocupando posições em universidades desse país. Em menor número, havia intelectuais em universidades latino-americanas, como Aníbal Quijano, Zulma Palermo, Rita Segato e Enrique Dussel. Assina textos mais recentes uma “segunda geração” – Julieta

Paredes, Yuderkys Espinosa-Miñoso, Yasser Farrés Delgado e Alfredo Gutiérrez Borrero, citando alguns – que se mantêm nos países latino-americanos e caribenhos. Devido a contextualidade do racismo em cada lugar, muito provavelmente todas essas autoras e autores seriam racializados como *latinos* – não brancos – nos EUA, mas provavelmente a maioria seria considerada branca e fazendo parte de uma elite branca universitária nos seus países de origem. Se a raça é uma categoria fundamental para se compreender a colonialidade e a decolonialidade, mas ao mesmo tempo é eivada por tensões entre localização geográfica, localização epistemológica e lugar de fala, o que significa ser decolonial num contexto em que a categoria “raça” não opera como marca opressiva sobre o corpo de quem se declara intelectual decolonial? Não é o que ocorre, com você, no Brasil? Como lida com isso?

Sim, sou uma mulher branca e reconheço o privilégio desse lugar social, o que é primordial para saber como trabalhar a partir dele, para além dele e contra ele, já que lutamos por uma sociedade igualitária, também de uma perspectiva antirracista. Volto a isso. Antes, gostaria de complexificar o debate, já que a minha trajetória intelectual e de vida não se limita ao nosso país e a construção racial é uma construção cultural, o que faz com que algumas pessoas de pele clara possam viver contextos distintos com relação à hierarquização racial no mundo. A construção social da raça, em termos de sistema-mundo, *grosso modo*, separa a população branca da não branca. Os latino-americanos e as latino-americanas brancas em seus países são sempre os *chicanos* e as *chicanas* nos Estados Unidos, por exemplo. Ou seja, os privilégios raciais que muitas vezes temos na América Latina enquanto intelectuais brancos e brancas nos nossos países de origem, não se reproduzem fora daqui.

No meu caso, foi muito dolorida e reveladora a minha experiência em Portugal, em relação a minha posição entre o lugar epistemológico e o lugar de fala. Ser mulher brasileira naquele contexto, mesmo branca, é uma vivência profundamente marcada pela continuidade da violência colonial. Portugal ainda precisa se descolonizar. A propaganda do projeto colonial, que foi a base da ditadura salazarista por mais de quatro décadas, ainda marca o imaginário da sociedade portuguesa e alimenta cotidianamente o racismo estrutural, com um impacto enorme na sua população negra, cigana, de imigrantes e refugiados e refugiadas. Em adição, a latinidade ou a brasilidade, no caso, é uma marca identitária pejorativa no Norte Global. Só consegui uma casa para morar quando uma amiga cabo-verdiana, pelo telefone, com seu sotaque mais parecido com o português falado em Portugal, conseguiu agendar para que eu fosse até o local, pois até aquele momento todos os lugares para os quais eu tinha ligado respondendo a anúncios de aluguel haviam sido negados sem que eu tivesse chance de visitá-los; em menos de um minuto de chamada telefônica as casas já tinham sido misteriosamente alugadas... Noutra ocasião, em plena luz do dia, perto da universidade, um sujei-

to me parou para pedir informações e de repente me perguntou: “posso apalpar as suas mamas?”. Aquele senhor não falaria desse modo com uma mulher portuguesa, naquela hora do dia, naquele lugar... Era todo dia, o tempo todo, inclusive na universidade o trato com as brasileiras era permeado de muita violência por ser mulher e por ser brasileira. O estupro colonial ainda é estruturante das relações sociais assentes nos corpos latinos e negros. A minha proximidade com os africanos e africanas foi essencial para eu me sentir acolhida no país e, mais, para digerir tudo aquilo numa compreensão mais ampla e estrutural sobre o racismo e o machismo, partilhando com estes outros corpos o espaço subalterno que nos era reservado. O racismo português, entretanto, atingia de distintas maneiras a mim e as brasileiras negras ou as africanas, com muito mais virulência sobre os corpos negros, como acontece no mundo todo.

De um modo geral todos e todas imigrantes tinham inúmeras dificuldades naquele cotidiano, com diversas camadas de opressão, de gênero, raça, classe e também geográfica – retomando aqui a racialização do sistema-mundo proposta por Quijano. Após alguns meses em depressão, devido às violências contínuas no dia-a-dia, para a superação do sofrimento foi fundamental começar a organizar essa experiência em termos críticos e trazer esse cotidiano para a minha tese. Como parte da direção da Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros em Coimbra (APEB), demos bastante centralidade para o debate sobre as brasileiras em Portugal, inclusive gravamos um documentário com o depoimento de diversas companheiras, o qual lamentavelmente não tivemos condições financeiras de fazer a finalização. E se a questão racial já era um tema nos meus estudos, numa ótica antirracista, foi em Portugal, que começo a compreender organizadamente, em termos científicos, mais do que empiricamente, a estruturação patriarcal da sociedade. Tudo isso acaba sendo potencializado por eu frequentar o CES, pois são temas ali postos e exaustivamente aprofundados desde os anos de 1970. É onde vou entrar em contato com as obras de Patricia Hill Collins, Angela Davis, Amílcar Cabral e Frantz Fanon.

29

Mas justamente porque a raça é uma questão social, e não biológica, quando eu volto de Portugal esta deixa ser uma opressão no meu cotidiano e isso, evidente, é um lugar de privilégio. As pessoas negras sofrem com o racismo no mundo todo, desde o momento em que nascem. É uma vida marcada por humilhações e risco de morte, haja visto o genocídio da população negra no Brasil, um estresse inimaginável por quem não é negro ou negra. Sobre isso é urgente ouvirmos os relatos, acolhermos a demanda e trabalharmos em tempo integral contra o racismo.

Então, como pessoa branca no contexto onde vivo e trabalho, no qual a latini-
dade não é um marcador social que incide sobre o meu corpo, ciente desse lugar, acho indispensáveis duas questões: como atuar a partir dele e como cuidar para não essencializar o debate. Vamos lá... Quando produzimos científicamen-

te, usamos determinados autores e autoras para com eles e elas olhar o mundo. Posso usar Quijano e Mignolo sem ser peruana ou argentina. De igual modo, todos e todas temos a obrigação de trabalhar respeitáveis intelectuais negros e negras, para olharmos o mundo em diálogo e sintonia com o seu pensamento, o que não quer dizer ocupar um lugar de fala que não nos pertence, que é da pessoa negra. Usar autoras mulheres, autoras negras, autores negros e indígenas é um posicionamento político imprescindível. Enquanto lugar epistemológico eu partilho perspectivas com uma diversidade de pessoas. Não é por eu ser mulher que só posso trabalhar com autoras mulheres, por ser branca com pensadores e pensadoras brancas, por ser brasileira, por ser paulista... Até onde isso iria? Acho que existe muita confusão aí, especialmente nos “tribunais das redes sociais”, que merecem ser destrinchados.

Durante o meu doutorado, há mais de dez anos, já tinha me deparado com esta armadilha. Embora minha pesquisa não tenha sido originalmente sobre o hip-hop, mas sobre os movimentos sociais urbanos, ao acabar com esse recorte bem específico, a questão racial passou a ser central. Como fica uma pesquisadora branca diante desse tema? Ou ainda, uma mulher pesquisando um universo majoritariamente masculino? Não vou me alongar aqui, nesse debate complexo. Vale a pena trazer uma autora feminista que me foi valiosíssima, Anne Phillips. Ela aponta muito bem, no caso das mulheres na política, que representatividade é um critério quantitativo e não qualitativo, o que significa que não necessariamente as mulheres eleitas terão qualquer ligação com o movimento feminista, contradição que vem sendo tratada no feminismo há muitas décadas, justamente por conta das aprovações de cotas partidárias para a participação de mulheres na política no mundo todo. A autora vai afirmar: “a maior parte dos problemas, de fato, surge quando as duas são colocadas como opostos mutuamente excluídos: quando ideias são tratadas como totalmente separadas das pessoas que as conduzem; ou quando a atenção é centrada nas pessoas, sem que se considerem suas políticas e ideias” (PHILLIPS, [1995] 2001). Ela sugere, portanto, a necessidade de uma relação entre ideias e presenças para alcançar um sistema justo de representação, não numa oposição falsa entre uma e outra. Isto posto, julgo de extrema importância que cada vez mais obras de mulheres e intelectuais negros e negras permeiem as reflexões de todas as áreas do conhecimento, ampliando a diversidade de vozes na produção do saber científico.

A outra questão que me coloco, reconhecendo o lugar de uma pessoa branca, é como atuar a partir desse lugar, que também não é absoluto. Ser mulher, mãe, produzir desde o Sul, no interior do país, enfim, são várias camadas coexistentes de opressões e privilégios. Essa é uma equação complexa e nada simples. Portanto, reconheço meus privilégios de pessoa branca, mas por ser mulher, estou imersa num cotidiano extremamente difícil de silenciamento e desprezo pela produção intelectual e participação das mulheres em diversas instâncias da vida – que vão desde conseguir falar em reuniões de trabalho corriqueiras ou,

mesmo, dentro de casa... A maternidade é outro fator a ser considerado, pois o patriarcado-capitalista nos cobra que trabalhemos como se não tivéssemos filhas ou filhos e que delas e deles cuidemos como se não trabalhássemos... Ainda, produzir desde uma universidade no interior é outro ponto de “desprestígio”, como é também o lugar do Brasil na geopolítica da produção científica mundial.

Então, reconhecer nosso lugar e atuar a partir dele e para além dele é um desafio constante para quem trabalha com base na perspectiva decolonial. Não é e não será fácil nem isento de contradições, sobre as quais temos que nos rever, ouvir e ter a tranquilidade de reconhecer novos privilégios quando nos são apontados.

É concedido às ciências de base racionalista, notadamente eurocêntricas, o estatuto de saberes “neutros” e “universais”, ao mesmo tempo em que se desvaloriza o conhecimento que não seja escrito em determinadas línguas: inglês, francês e alemão, sobretudo. Nesse contexto das geopolíticas do conhecimento, embora o giro decolonial tenha bastante literatura escrita em espanhol, acessível a países latino-americanos e caribenhos, logrou difundir-se globalmente por também ter muitos escritos em inglês. Você voltou a morar no Brasil em 2012, após ter vivido alguns anos em um outro país lusófono: Cabo Verde, na África. Como essas assimetrias linguísticas afetam a sua produção acadêmica? O inglês e o francês têm lugar de destaque na sua produção acadêmica? Você procura publicar em espanhol ou participar de eventos nos demais países latino-americanos e nos caribenhos? E que relação você mantém com intelectuais da África lusófona?

31

Posso dizer que carrego em mim todas as línguas de onde passei, tornando meu português algo que enigmático: ele é várias coisas, vários lugares e vários afeitos.... Em Cabo Verde, vivi imersa num contexto linguístico interessante. Por se tratar de um arquipélago há diferenças muito marcantes nas variantes da língua cabo-verdiana em cada ilha. Eu morei em Santiago, num cotidiano marcado pelo *badiu*. Contudo, meu companheiro fala a variante materna que é o *sampadjudo*, da ilha de São Vicente. Essa mescla entre a língua da rua e a língua de casa, me fez falar um cabo-verdiano misturado, que acaba sendo bastante peculiar e muitas vezes engraçado. Não vejo isso como um problema. Aliás, a pureza linguística faz parte da colonialidade do poder, que acompanha normalmente uma série de piadas regionais jocosas, inferiorizando regiões e seus gentílicos e gentílicas, por meio das suas expressões idiomáticas e sotaques. Do mesmo modo a separação entre a língua culta e a popular não é mera diferenciação, ela é também hierarquização. Eu diria que são práticas remanescentes de um instrumental epistemicida. Nesse sentido, há uma clara hierarquização linguística ou o demérito do português brasileiro em Portugal, ou o desprestígio e desincentivo aos crioulos falados em Cabo-Verde e Guiné-Bissau.

O porto-riquenho Ramón Grosfoguel ([2013] 2016) se debruçou nessa querela

no texto “A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas”, no qual pergunta como é possível que o cânone do pensamento em todas as disciplinas das Ciências Sociais e humanidades nas universidades ocidentalizadas se baseie no conhecimento produzido por uns poucos homens de cinco países da Europa Ocidental: Itália, França, Inglaterra, Alemanha e os Estados Unidos – ou seja, em um quadro na verdade tão restrito. Ele continua: como foi possível que os homens desses cinco países alcançassem tal privilégio epistêmico ao ponto de que hoje em dia se considere o seu conhecimento superior ao do resto do mundo? Grosfoguel vai demonstrar que o privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo. É interessante que na pergunta o autor já trata das clivagens de gênero e da divisão do sistema-mundo, que é científica e também linguística, já que os cinco países citados são os principais países da produção científica no mundo até hoje.

Na UNILA, a única universidade federal bilíngue no país, o mote linguístico é muito forte. Nosso universo de ensino é, na verdade, plurilinguístico. A língua materna de muitos alunos e alunas sequer é o português ou o espanhol. O guarani é um idioma fortíssimo na nossa comunidade acadêmica, falado cotidianamente pelos/as estudantes paraguaios e paraguaias. Percebi nesse contato, que o “R” puxado no sotaque do interior paulista e paranaense é uma herança guarani. O que deveria ser enaltecido, ao contrário, é motivo de chacota no país todo. É, evidentemente, racismo linguístico.

Num mundo com enormes riquezas linguísticas é uma contradição a produção científica se limitar a um número tão limitado de idiomas. Evidente que isso tudo impacta a minha produção acadêmica, pois apesar de estar fazendo um esforço enorme pra trazer essas contribuições para a arquitetura e saber que são poucas pessoas no mundo a fazer esse exercício, a barreira linguística se impõe – e ela não é isolada, não vem sozinha. Quero dizer, o inglês e o francês, línguas que falo fluentemente, não têm lugar de destaque na minha produção acadêmica, e não é por falta de domínio nesses idiomas, é por falta de tempo por um lado – produzir numa outra língua é mais trabalhoso – e de verba, por outro lado, para eventualmente conseguir pagar pela tradução dos trabalhos e poupar o tempo que não tenho. Há ainda que se considerar outras tantas clivagens subjacentes à sua pergunta: a maternidade e o contexto de luta e enfrentamento ao neoliberalismo, inerentes a tais questões. Explico melhor: a maternidade, somada aos trabalhos domésticos, impõe uma escassez de tempo e um cansaço permanente nas mulheres. Isso só já tem me custado imensamente em conseguir organizar minhas reflexões nos padrões usuais da produção científica. Simultaneamente, a colonização do ensino nas últimas décadas pela produtividade a qualquer custo impõe uma pressão enorme sobre a pesquisa, os pesquisadores e as pesquisado-

ras. A minha militância para frear este modo de produção das ciências, acaba se transformando num “quarto turno de trabalho” – somado aos outros três turnos já amplamente tratados pelas feministas. Uma outra barreira na produção acadêmica pouco debatida é a econômica. As verbas cada vez mais escassas, que viabilizam viagens, especialmente as internacionais, para se colocar em diálogo com seus pares, também, são um impeditivo imenso para participar de eventos, não apenas na América Latina, muitas vezes dentro do Brasil mesmo. Para os países dependentes, a clivagem econômica é irrefutável no que tange ao avanço do debate científico e nossa inserção em circuitos acadêmicos.

Diante desse quadro, vale nos perguntarmos mais uma vez: pode o subalterno e a subalterna falarem? (cf. SPIVAK, [1976] 2010). Se publicar na minha língua corrente já é difícil para uma mulher, mãe, militante, no Sul, eu diria que é praticamente impossível publicar em outras línguas. Sinceramente, não é algo que eu tenha investido energias... Não sei se esta é uma boa escolha estratégica para o enfrentamento da geopolítica do conhecimento, mas é a escolha possível diante das demandas que a vida tem me apresentado.

Os escritos decoloniais dedicam muita atenção a conflitos étnico-raciais ligados a questões indígenas em países hispanófonos do subcontinente latino-americano – sobretudo nos Andes, haja vista a proeminência do debate sobre o *buen vivir* da Bolívia e do Equador. Não nos parece ocorrer o mesmo em relação aos muitos problemas enfrentados por grupos afro-latino-americanos. Qual é o papel do Brasil na superação desse silêncio?

33

Se o debate racial proposto por Quijano elucida como o racismo estrutura o sistema-mundo moderno-colonial, ele não é suficiente ou lida pouco com a questão afro-latino-americana, que dada a minha trajetória já exposta, em particular me interessa.

Em 2014, é ministrada pela primeira vez a disciplina “Arquiteturas Afro-Brasileiras”, sob minha responsabilidade, integrante do *currículum* do recém-implantado curso de arquitetura e urbanismo da UNILA. Se há pouquíssimo material para destrinchar o que seria uma “arquitetura afro-brasileira”, imagine a afro-venezuelana, a afro-paraguaia, ou a afro-equatoriana. Percebo mais uma vez, como em Cabo Verde, que eram necessários muitos passos atrás, a começar com os levantamentos arquitetônicos para podermos termos material suficiente para aprofundar o debate – e as disciplinas vão cumprir um papel enorme nesse levantamento. Os alunos e alunas da UNILA estão sempre muito dispostos e dispostas para estes desafios. Também temos contado com a inestimável parceria do Ilê Asé Oju Ogún Fúnmilaiyó, um terreiro Nação Ketu, há trinta anos em Foz do Iguaçu. Já fizemos aulas sobre arquitetura afro-brasileira no terreiro, exposição de trabalhos e eventos científicos numa colaboração mútua muito va-

lorosa para nós, permeada de afetos, uma dimensão vital na nossa práxis. Não obstante, formar um acervo para análise mais sistemática demora anos. Enquanto isso, para nos amparar nesse trabalho em sala de aula (e fora dela), resgato Lélia Gonzalez e sua proposta de Améfrica e o lugar do negro-. A amefricanidade, vale mencionar, é uma categoria que tem merecido, infelizmente, pouca atenção na produção científica brasileira.

É evidente a questão do branqueamento do território na América Latina. Ao tentarmos mapear a população negra nos diversos países nos deparamos com uma ausência de dados censitários com base racial. E, quando existem, raramente estão espacializados, isto é, não é fácil identificar a distribuição da população negra no território latino-americano. Temos tido constantemente que rever como avançar. Apesar de um pouco frustrante, essa ausência é em si já um dado. Vamos fazendo assim uma sociologia das ausências, procurando trazer à tona aquilo que não está posto, o que não significa que não exista... Estes vários projetos resultaram num pequeno material audiovisual, exposto junto ao nosso trabalho selecionado para a XX Bienal Internacional de Arquitetura e Urbanismo do Chile, que teve como tema, em 2017, tema “*Diálogos Imposterables*”. A nossa proposta foi selecionada entre centenas de projetos enviados e fez da UNILA a única universidade brasileira a ter sido selecionada na categoria “Academia” – isso num país que já se registram mais de seiscentos cursos de arquitetura! Creio que a lacuna sobre o tema no circuito de arquitetura, tradicionalmente bastante hegemônico, fez com que o trabalho merecesse especial atenção, tendo sido enviado, pela própria Bienal, para um encontro dos ministros de habitação de todos os países do subcontinente, que foi realizado na Argentina, naquele ano.

34

Essa trajetória foi nos ajudando a consolidar um corpo teórico para as aulas com base em Frantz Fanon, Clóvis Moura e Lélia Gonzalez. Devo frisar que não me interessa um caminho que nos leve a traçar uma “identidade” arquitetônica – que não acho um bom caminho pelo perigo de essencialização que já mencionei. Importa, ao contrário, compreender o que do nosso cotidiano espacial tem influência negra.

Para mim, portanto, têm sido muitas rotas em paralelo, na medida em que o pensamento decolonial por um lado dá poucos insumos para o debate espacial e por outro, ao tratar a questão racial no sistema-mundo com foco sobretudo na questão indígena, particularmente andina, deixa de fora tanto o pensamento indígena brasileiro quanto o debate racial voltado para compreender o racismo contra os negros e negras na América Latina. Nesse caso, acredito que o Brasil tem muito a colaborar na superação desse silêncio, o que não é apenas viável, como desejável. Mas não é tarefa simples. A esfera dos movimentos sociais, ativista e acadêmico das relações étnico-raciais no país tem seus meandros e nem sempre pontos de vistas convergentes. Há que tomar em conta, ainda, as assimetrias regionais no subcontinente latino-americano, que resultam em distintos

debates raciais internos nos países. Então, é uma aproximação que requer cuidados.

Atualmente, tenho estado mais focada na aproximação do pensamento decolonial com a teoria marxista da dependência, a qual julgo ser um imenso contributo latino-americano para o marxismo, que ganha robustez no final dos anos de 1960 e na década seguinte, e da qual, inclusive, Aníbal Quijano foi colaborador. Nesse alinhavo que venho propondo, trago também os trabalhos fundamentais de negros e negras marxistas, como é o caso de Frantz Fanon, Clóvis Moura e Lélia Gonzalez, num esforço coletivo com os alunos e alunas em trazer esse debate para a arquitetura, para os espaços e espacialidades consolidados a partir da experiência da população negra em habitar e ocupar o território. Incluo ainda, nesta tentativa de aproximação, Amílcar Cabral e outros intelectuais na luta pela libertação dos países africanos.

Como aproximar o pensamento decolonial, um tanto desespacializado, de campos de conhecimento do espaço tão conservadores como a arquitetura, o paisagismo e o urbanismo? Podem existir ou já existem arquiteturas decoloniais? Como reconstruir marcos, sujeitos e discursos históricos? Isso pode mudar o campo profissional?

Uma vez que a Modernidade separou o conhecimento humano em “caixinhas”, para que debates epistemológicos avancem em várias frentes é inevitável que pesquisadores e pesquisadoras de diversas áreas estejam acompanhando e dispostos e dispostas a fazê-lo. A arquitetura e o urbanismo têm sido áreas bastante conservadoras e, de um modo geral, instrumentalizadas pelo capitalismo.

35

Se eu quero propor um curso de arquitetura e urbanismo na América Latina, a partir da América Latina, devo tensionar todo o ensino na área e a prática profissional do último século, pois sem isso não será possível avançar em direção a formar egressos e egressas pautados em solucionar os principais problemas do subcontinente que cabem à área: uma educação voltada para emancipação dos povos, pautada pelo direito à moradia, com respeito à adequação cultural, direito à cidade, direito ao território etc. Aí que o giro decolonial ajuda a balançar o lugar comum e a provocar questões como os modos de morar – que abrem possibilidades para uma compreensão alargada da relação étnico-racial com o espaço ou mesmo recentralizam a história da ocupação do território na América Latina com a violência colonial: afinal, por que as zonas de risco ou as áreas pobres estão povoadas majoritariamente pela população não branca? Ou questões como a valorização de tecnologias construtivas não normatizadas, as pequenas e médias cidades, as implicações de gênero no desenho arquitetônico e das cidades – enfim, uma miríade de temas tratados pela área que merecem ser revistos à luz da decolonialidade.

Quando Quijano nos alerta que “os povos dominados e conquistados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais” (QUIJANO, op. cit.), ele nos fornece pistas para descortinar o que pode ter significado essa hierarquização na arquitetura, nas tecnologias construtivas, no uso dos materiais, nos territórios. O que venho fazendo especialmente após minha chegada na UNILA, junto com estudantes e demais docentes, é justamente uma sociologia das ausências, com diz Boaventura de Sousa Santos (2002), descolonizando o ensino de arquitetura e urbanismo com o objetivo de constituir uma ecologia de saberes construtivos próprios do subcontinente.

Quando voltei ao Brasil, eu já tinha clareza da importância da obra de Hassan Fathy e de Lina Bo Bardi. Ainda, Sérgio Ferro, com sua compreensão o objeto arquitetônico como parte de uma produção de mais-valia sobre o território, exigindo do ofício do arquiteto e da arquiteta ousadia poética e prática revolucionária; juntamente com o uruguaio Eladio Dieste, um dos principais nomes da tradição ladrilleña no cone sul, cujas obras conjugam de diferentes maneiras as escolhas de materiais, sistemas estruturais e demais decisões projetuais ao desejo por edifícios de fácil execução técnico e de custos finais baixos, foram fundamentais para minhas reflexões aqui, provocadas pela elaboração desse novo curso de arquitetura e urbanismo, numa universidade tão singular como a UNILA. Nos anos seguintes, sigo reorientando meus estudos a alguns pensadores e pensadoras da arquitetura na América Latina que julgo poderem trazer aportes fundamentais para o debate decolonial, como é o caso de Marina Waisman ([1990] 2011) e de Roberto Segre (1991). Não seria coincidência que os seus escritos sejam dos anos de 1990, mesmo período em que o grupo modernidade-colonialidade amadurece suas reflexões e que em arquitetura são consolidados os Seminários de Arquitetura Latino-Americana, os quais desde a década anterior buscavam promover coletivamente uma reflexão crítica assente no eixo identidade/modernidade. Waisman e Segre participaram ativamente dessas reflexões.

Waisman se posiciona na pendenga sobre o regionalismo crítico, denunciando a perspectiva autocentrada dos autores do norte, que falam de região a partir do centro – os seus centros, isto é, um debate crítico que é nortecentrado. Ela faz um exercício de pensar arquitetura desde Córdoba, e não mais de Buenos Aires, dominante no debate argentino. Num esforço de revisão historiográfica, chega a propor outra periodização para a história da arquitetura na América Latina, sem a tradicional genealogia eurocentrada no ensino e na produção científica em arquitetura, propondo ainda uma ruptura com a linearidade, tão própria da organização do pensamento na modernidade. E já que estamos tratando de colonialidade do poder, vale a pena registrar um fato ocorrido com a arquiteta argentina. Em 1983, num seminário na Espanha, ela propôs, junto a outros colegas latino-americanos, uma consideração específica para a produção arquitetônica latino-americana, o que não teve ressonância entre os espanhóis e praticamente

minguou. Anos mais tarde, uma renomada revista de arquitetura, sob direção de um desses espanhóis, passa a utilizar o critério regional e dedica vários artigos e números à arquitetura latino-americana. Um episódio evidente de silenciamento das proposições vindas do Sul, vinda de mulheres, e que não raro são depois alardeadas sem sequer serem creditadas!

Segre, outro crítico de arquitetura que tenho me aproximado, deixa transparecer um provável diálogo com a Teoria Marxista da Dependência, desenvolvida a partir da América Latina se contrapondo às estratégias democrático-burguesas em voga do marxismo hegemônico naquele momento e problematizando os processos de reprodução do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo mundial. Segre, ao tratar de um “entorno produtivo da dependência” ou quando reivindicando um “modernismo contextualizado”, se propõe a pensar a arquitetura desde esse lugar que não é o centro. A espacialidade da produção mencionada por Segre nos deixa indicações – a serem exploradas – sobre o papel da arquitetura das manufaturas modernas e no desenho do território para facilitar ou mesmo viabilizar o acúmulo de riquezas na metrópole que vai impulsionar a revolução industrial e a consolidação do capitalismo.

Então, venho procurando os pontos de contato entre um pensamento em arquitetura que seja crítico e em diálogo com outras escolas do pensamento próprias da América Latina, isto é, não eurocentrado. Entretanto, não tenho certeza que devamos adjetivar dessa maneira, como “arquitetura decolonial” – embora eu mesma já tenha intitulado textos assim. Tendo a achar, hoje em dia, tratar-se muito mais de uma perspectiva decolonial em arquitetura... Minha preocupação é que falar em “arquitetura decolonial” possa redundar na busca por atributos físicos ou estéticos na arquitetura a fim de catalogá-la como “decolonial”. A tarefa a ser feita me parece ser mais complexa do que isso, é uma revisão historiográfica e epistemológica da arquitetura, do urbanismo, do paisagismo, sob esta perspectiva, que devem levar a resultados espaciais distintos, mas não necessariamente. O decolonial está no método, no processo projetivo, no ato de levar em consideração práticas tais como dormir em rede ou cozinhar em fornos comunitários, por exemplo, revendo toda a organização espacial da moradia, naturalizada a partir da casa burguesa do século XIX – quer dizer, da casa urbana branca burguesa e ainda androcentrada e adultocentrada... Não será interessante que o decolonial vire um “estilo”, como a gente vem observando reincidentemente na história da arquitetura. Por isto, estou preferindo tratar de uma perspectiva decolonial em arquitetura. Mas este é um debate em aberto...

É muito importante reconstruir os marcos, é um trabalho permanente, de longo prazo e coletivo. E acredito que o ensino, sobretudo na universidade pública, desempenha um papel fundamental nessa reconstrução do campo profissional. Veja bem, num universo de mais de seiscentas escolas de arquitetura e urbanismo no país, pouquíssimas debatem a produção arquitetônica do continente lati-

no-americano ou a sua herança construtiva e de ocupação espacial africana, para citar só isso. Horas de aula são dedicadas às arquiteturas grega e romana, às cidades medievais com suas grandes catedrais e outros referenciais arquitetônicos europeus, inclusive na formação do léxico arquitetônico – incorporados a uma leitura linear da história. Mantêm-se ignorados exemplos da América Latina e outras partes do Sul Global.

Em 2014, o Leo Name, um dos que me entrevista, escreveu comigo um artigo sobre o que à época chamamos de “ensino de um paisagismo crítico e emancipatório na América Latina” (NAME e MOASSAB, 2014). Buscamos demonstrar a permanência da eurocentralidade no ensino, refletindo-se sobre tipos e paisagens dominantes e subalternas nas cidades da América Latina e apontamos, muito preliminarmente, possibilidades diretivas que valorizassem o subcontinente e suas paisagens. Desta proposição inicial, como ele é professor da área de paisagismo, o Leo seguiu desenvolvendo algo muito interessante: o conceito de “paisagismo de provisão” e, mais especificamente, de “paisagismo comestível” (NAME, 2016) que passa pelo resgate de Josué de Castro e sua *Geografia da fome* – uma perspectiva que ele também vem aplicando ao ensino de projeto.

Outra parceira que tem se dedicado ao tema é a Céline Veríssimo, num alinhavo entre a ecologia política e o giro decolonial. Ano passado coordenamos juntas o curso “Educação para a ecologia e sociedade na América Latina”, voltado para a formação de professores e professoras da rede municipal de ensino, numa parceria entre o sindicato docente da UNILA (SESUNILA)⁵ e o sindicato docente da rede municipal (SINPREFI). A gente propôs a atividade como formação de base mesmo, voltada para uma análise crítica sobre ambiente e sociedade e para avaliar alternativas para um mundo social e ecologicamente mais justo. Usamos noções do senso comum, como desenvolvimento e sustentabilidade, para desconstruí-las e mostrar a sua distorção atual nesse “capitalismo verde”, acompanhado pelos *green washing* e *social washing* praticados pelas grandes corporações, sobretudo nas suas instalações no Sul Global. Temos vindo a trabalhar juntas em outras frentes também, como é o caso da pesquisa sobre arquitetura afro-latina, na qual a Céline acaba desenvolvendo mais um foco no paisagismo nos terreiros, que é voltado a um paisagismo ritualístico e medicinal, com base no seu estudo sobre “espaço exterior doméstico” que é uma contribuição enorme que ela traz do seu doutorado com trabalho de campo no bairro do Dondo, em Moçambique (VERÍSSIMO, 2013).

Ambos, Leo e Céline, têm seguido suas reflexões em sintonia com o *Buen Vivir*, o *Sumak Kawsay* e o *Ñande Reko*, pensamentos indígenas latino-americanos resgatados pelo giro decolonial e trabalharam juntos a arquitetura, o urbanismo e o paisagismo no ateliê integrado do curso, trazendo estas reflexões para as salas de aula. Nas atividades projetivas, estudantes foram desafiados e desafiadas a valorizar, tanto no espaço exterior doméstico da habitação quanto no projeto de

espaços públicos, o paisagismo para além da ótica ornamental eurocêntrica integrando paisagismo comestível, medicinal, ritualístico e sagrado. Nossas pesquisas voltadas às diversas práticas das comunidades indígenas e afrodescendentes têm trazido debates pertinentes para a sala de aula, no caso do paisagismo, reconhecendo a memória biocultural, etnobotânica e fitoterápica, assim como formas de criação de renda familiar. Ao mesmo tempo, estes ateliês puseram em xeque o heteropatriarcado e o racismo desafiando os alunos e alunas a projetarem casas para composições familiares distintas da família nuclear heterossexual branca.

Outro problema no ensino de arquitetura é a naturalização de uma atuação voltada a um mercado privado e à especulação imobiliária. Muito pouco é dedicado à responsabilidade social que tal profissional deveria ter com os espaços onde intervém, como é o caso da cadeia produtiva da construção civil, sobretudo, a exploração do trabalho nos canteiros de obras. Raramente é tratada a função pública do exercício profissional, na elaboração e execução de políticas públicas, especialmente das políticas habitacionais e urbanas. Normalmente não há sequer disciplinas obrigatórias na formação profissional voltada a essa demanda tão fortemente vinculada à construção social do espaço e do território, e ao acesso a direitos básicos.

As mudanças efetivas no campo profissional resultarão de lutas em diversas frentes. O ensino e o debate sobre ele são dimensões consideráveis, sem dúvida. Mas há que se ocupar espaços como o conselho profissional, o instituto de arquitetos, as associações de pesquisa, os sindicatos, os movimentos sociais. Entendo que o tensionamento deve ser feito em todos os âmbitos sociais. É muito significativo, por exemplo, que cada vez mais arquitetos e arquitetas atuem nas assessorias técnicas aos movimentos sociais, juntamente com projetos de extensão das universidades; e que essa atuação retroalimente a sala de aula, o ensino e a pesquisa. Mas são tantas as lutas nos tempos atuais, muitas vezes em defesa de coisas tão óbvias, que diferentemente de 2012, quando comecei a jornada na UNILA, agora em 2020 tenho menos esperanças. Temos que lutar para manter as universidades públicas abertas, para ter docentes, para poder garantir a pesquisa, a ciência, o SUS... E, concomitantemente, seguir com um trabalho intelectual tão desafiador como esse. Não sei se vamos reconstruir marcos ou mudar o campo profissional, como vocês perguntaram. Certamente estamos influenciando uma geração de egressos e egressas, que já estão fazendo diferença nas suas atuações profissionais e acadêmicas. São sementes plantadas. Esse governo vai passar, ainda que seja um longo período de retrocessos.

Em vários de seus trabalhos você tem dado bastante atenção a questões de gênero em arquitetura e urbanismo – ou melhor dizendo, à ausência desse debate no campo. O que arquitetas e, sobretudo, arquitetos têm a aprender com o feminis-

**mo e os debates sobre gênero e sexualidades? É possível sair do discurso teórico?
O que poderia ser feito especificamente nos contextos de projeção?**

Há muito o que fazer e aprender, mas eu queria antes problematizar um pouco a pergunta como colocada por vocês – ao mencionar “sair do discurso teórico”. Acho que tem uma armadilha subentendida, como se teoria fosse uma coisa e prática, outra. Prática é discurso e discurso é prática, tenho trabalhado isso ao longo de toda minha vida profissional. Há mais de um século, a práxis para Marx igualmente não contrapõe teoria versus prática, é teoria e prática, juntas. Do mesmo jeito que a gente não separa nem hierarquiza a luta das mulheres, das pessoas negras, LGBTQI+s, entendendo haver uma interseccionalidade das opressões. Ou seja, me parece que a relação teoria-prática merece ser retomada na perspectiva apontada por Marx há muito tempo, com a qual entendo que o pensamento decolonial seja convergente. Nesse sentido, todas as reflexões que venho apontando até aqui são na direção de uma teoria que impacta a realidade, que informa a teoria que, por sua vez, impacta a realidade, continuamente... Não existe um momento da minha vida em que eu sou feminista e outro em que não sou. Não importa se estou num almoço em família, na sala de aula, na marcha das mulheres ou respondendo a uma entrevista.

40

Parece ainda, na pergunta, que vocês estariam entendendo o projeto arquitetônico como prática, em contraposição ao discurso teórico. Gostaria de tensionar um pouco esse tema também. Sérgio Ferro demonstrou bastante bem como a modernidade separou o saber-fazer do projeto arquitetônico. A gente vem insistindo na indissociabilidade entre eles. A separação prancheta *versus* obra tem levado a uma imensa exploração da classe trabalhadora no canteiro de obras – e ela é perversa.

A atividade projetiva é práxis ou deveria ser. Isto posto, acredito que o feminismo seja altamente necessário, pois a perspectiva feminista amplia as possibilidades voltadas para um desenho mais inclusivo, das mulheres, das crianças, de idosas e idosos e dos, digamos assim, corpos desviantes, todos aqueles refutados pelo capitalismo que acaba condicionando o desenho dos espaços de maneira praticamente naturalizada. Porém, só nos últimos cinco anos, eu diria, começa a ter alguma permeabilidade na área para o pensamento feminista, não sem resistência. Mesmo nas frentes mais progressistas, que tratam de direito à cidade e habitação social, que já consolidaram uma ampla e significativa produção intelectual na área, ainda não é prática corrente a interseccionalidade analítica gênero-raça-classe. Veja que interessante: quem são as principais lideranças dos movimentos de moradia? São mulheres. Ao lidarmos com o tema da moradia, tal embate aparece frontalmente. Mesmo no campo da esquerda – no qual me incluo – insiste-se na centralidade da luta de classes, quase que desprezando ou subalternizando as opressões de gênero e raça, sem compreender que são partes indissociáveis do patriarcado-racista-capitalista. Na arquitetura isso não é dife-

rente. Então, a gente tem uma produção enorme e de excelente qualidade sobre segregação socioespacial e sobre habitação social, mas é como se estas questões pudessem ser analisadas sem compreender que a violência colonial impôs uma segregação racial nas cidades e que a exploração das mulheres é condição estruturante do próprio capitalismo, que se apropria do trabalho reprodutivo feito pelas mulheres e que as exclui dos espaços públicos.

O mesmo acontece com relação ao direito à cidade, tão caro para a nossa área de atuação. É incontestável que o direito à cidade e o direito à mobilidade urbana a ele relacionado não são iguais para todas e todos. O que a perspectiva feminista, especialmente do feminismo negro, nos auxilia a perceber é que além de serem as pessoas pobres as mais alijadas das melhores condições de moradia, infraestrutura urbana e proximidade a equipamentos públicos, essas pessoas têm gênero e cor: são as mulheres negras pobres a morar nos lugares com iluminação pior e com menos transporte público, com atendimento pior por escolas e ofertas de trabalho e assim por diante.

Sucedem que uma vez que tais temas são marginais, muitas alunas e alunos têm imensas dificuldades de encontrar orientador ou orientadora para estes desafios, mas é crucial que a questão esteja posta e que estejam provocando os e as docentes para ele. Posso dizer que é gratificante estar numa universidade em que este tema é central e mais, que estou num curso de arquitetura e urbanismo que nasce com esses pressupostos e cujos professores e professoras, ainda que não especializados no tema, têm se esforçado para acompanhar as questões. Ainda, julgo que esta é uma das funções mais contundentes da universidade pública, que com sua autonomia possa no livre-pensar provocar as diversas áreas do conhecimento, colaborando para o avanço social, as políticas públicas e as transformações radicais em direção à emancipação humana.

41

Voltando à pergunta, sobre o que arquitetos (e arquitetas) têm a aprender com o feminismo, eu diria não dá mais para continuar reproduzindo modelos e paradigmas excludentes – sob a perspectiva do homem-urbano-branco-burguês-heterossexual –, sendo portanto urgente pensarmos numa arquitetura e num urbanismo feministas, feitos por todas as pessoas independentemente de seu gênero – pois é uma responsabilidade de todas e todos buscar soluções espaciais (e analíticas) para superar o patriarcado-racista-capitalista.

Você tem também pensado as representações e as linguagens visuais tanto na arquitetura quanto nas artes. De que forma o giro decolonial contribui para esse debate?

Os valores hegemônicos pautados pela produção cultural do ocidente nos últimos quinhentos anos dizem respeito a uma cultura eurocêntrica, masculina, branca e urbana, produzida sob os auspícios da modernidade-colonialidade. Os

livros de história da arte dedicam vários capítulos a movimentos artísticos como Renascimento, Barroco, Modernismo e seus “artistas máximos” – quase todos homens brancos, diga-se – e pouquíssimo espaço (ou nenhum) para a arte produzida no Oriente, na África ou na América Latina. Então, toda a genealogia das artes fica resumida a basicamente uma linha do tempo sobre a arte europeia. Os livros deveriam chamar-se “história da arte na Europa”, isso sim.

A institucionalização das artes produz aquilo que é arte e o que não é arte, consolidando uma hierarquização própria da modernidade-colonialidade entre “a arte” e “a arte popular”. Nessa visão restrita de cultura, a arte popular é sempre uma produção de menor valor ou mesmo classificada como artesanato, ao invés de arte. Outra tendência cultural hegemônica é a folclorização de culturas tradicionais, buscando facilitar sua absorção como produto “exótico” para consumo. O conceito eurocêntrico de multiculturalismo, em voga nas últimas décadas, é a lógica cultural do capitalismo na sua fase neoliberal e também uma forma de racismo, que afirma a superioridade dos valores culturais hegemônicos e que provoca um esvaziamento político da discussão acerca de relações de poder desiguais na produção e circulação cultural.

Contudo, em Cabo Verde, quando enfrentamos os desafios de compreender a moradia cabo-verdiana, várias camadas nessa seara foram postas no âmbito da arquitetura, algo que eu ainda não tinha diretamente enfrentado. A minha parceira de trabalho naquela ocasião, a arquiteta Patricia Anahory, já vinha fazendo experimentações de representação em arquitetura, que pudemos convergir e explorar. Ao se fazer um levantamento arquitetônico daquela natureza, um enorme desafio era como (des)higienizar o desenho técnico, como trazer para o desenho de arquitetura a vida, a história e a memória das casas e das pessoas nas suas casas. Então, recebemos os desenhos vindos do levantamento de campo, em AutoCAD, e fomos refazendo os desenhos, desenhando as telhas de barro uma a uma, colocando os varais com as roupas estendidas nos quintais, os *bidons* de água tão característicos das casas cabo-verdianas – enfim, um trabalho manual minucioso, feito pela Patricia, decorrente das longas discussões que fazíamos sobre o que entra e do que não entra, até onde vamos para que o desenho continue sendo um “desenho técnico”. Ressalte-se que não estamos tratando aqui dos modelos 3D em voga, que são na verdade um aprofundamento da higienização do desenho de arquitetura.

O pensamento decolonial tem me ajudado, portanto, a organizar as ideias e inserir as reflexões também no contexto político do sistema-mundo moderno-colonial e do quanto o próprio desenho arquitetônico, que é esquematizado no Renascimento, já surge imbuído de uma racionalidade que é racista, branca, e excludente de outras formas de vida e estar no mundo. Na UNILA, aquele ensaio sobre os limites do desenho arquitetônico tem continuidade no projeto de extensão “Cartografias do Devir no Quilombo Apepu”, que coordeno junto com

Tiago Bastos, professor do CAU UNILA e atualmente doutorando do PPG-AU/FAUFBA, com o objetivo de atender a uma demanda da comunidade para a construção de moradias que viabilizassem o retorno das gerações mais jovens para o quilombo. Naquela altura a comunidade já tinha sido contemplada com o financiamento da Caixa Econômica Federal e não tínhamos nenhuma margem de modificação das casas a serem construídas, que eram de uma violência simbólica inimaginável para aquele contexto. Casas padronizadas para atender lógicas urbanas seriam construídas num quilombo no meio da zona rural, com outros modos de ocupar o espaço e outras necessidades. Por conta da crise política na qual o país mergulhou desde as eleições de 2014, a verba acabou nunca sendo liberada e as casas não foram construídas, o que foi uma grande perda pra comunidade. Junto com eles, resolvemos dar outro direcionamento para o projeto que não vou desenvolver aqui. O que quero destacar é que diante desse quadro de radical transformação da paisagem local com a construção das casas da Caixa, percebemos que seria imperioso a gente registrar a memória da ocupação do espaço e das moradias existentes. Propusemos então a oficina “Descolonizando a representação arquitetônica”, para maturar e avançar nas possibilidades de representação das moradias quilombolas. Após meses de estudo e diálogos profundos sobre representação em arquitetura, de modo a contemplar a linguagem técnica, mas não higienizar a representação da história das moradias locais, creio que tivemos um resultado muito bom para aquele momento, cuja a participação de Oswaldo Freitez (um dos que aqui me entrevista), enquanto bolsista, foi fundamental. Os desenhos integrarão uma cartilha, ainda não publicada.

43

Outra dimensão expressiva do desenho arquitetônico é a inserção de figuras humanas que dão a escala em cortes e perspectivas. Com a massificação dos programas de desenho auxiliados por computador, os ícones feitos à mão antigamente foram substituídos por recortes de fotografia inseridas nas modelagens por computador. Numa geopolítica da tecnologia de informação, a criação dos programas e seus acessórios têm como lócus dominante o Norte Global. O resultado é uma disseminação avassaladora de “kalungas” brancas, loiras, magras e urbanas nos desenhos de arquitetura do mundo todo. Um total descolamento da representação com a realidade social. Em 2015, fiz uma pesquisa analisando a representação das pessoas em desenhos de projetos premiados por concurso de arquitetura no Brasil. Analisei 53 projetos premiados e menções honrosas, cerca de 300 desenhos, todos para locais de uso público. Apenas três desenhos incluíam pessoas negras – um por cento, num país em que mais da metade da população é negra! Isso é um acinte! Cheguei a ver projeto para anfiteatro, no Recife, ilustrado com uma apresentação de maracatu na qual nenhuma pessoa na plateia ou no palco é negra. Para quem os arquitetos e arquitetas estão projetando? Como é possível isso? Em pleno século XXI, as representações da cidade e da arquitetura continuam operando em acordo com a racionalidade colonial e colonizadora da modernidade, baseada em critérios hegemônicos de saber. É

imperativo, portanto, politizar a discussão acerca da produção de sentidos na área e o desenho arquitetônico é nevrálgico nessa questão.

Você publicou um artigo sobre as tecnologias de construção e o ensino de arquitetura, na revista *Projetar*: “De que lado a arquitetura está? Reflexões sobre ensino, tecnologia, classe e relações raciais” (MOASSAB, 2020). Por que uma professora de crítica e história se interessou por esse assunto? Que contribuições os estudos decoloniais e as epistemologias do sul podem fazer às aulas de tecnologia?

Esse artigo é resultado de alguns anos de reflexão e trocas, sobretudo com o Gabriel Cunha, professor justamente da área de tecnologias no curso de arquitetura da UNILA. Veja que esta é mais uma camada, nesse nosso trânsito epistêmico, somada à teoria marxista da dependência e aos pensadores e pensadoras negras do subcontinente. Não terá sido casual que muitos destes enfrentamentos epistemológicos tenham se originado a partir dos anos de 1950 e os anos de 1960, primeiro com as lutas pela libertação africana – com destaque para Frantz Fanon, intelectual martinicano imprescindível naquele contexto, já fazendo uma ponte entre o contexto caribenho e africano – para, na década seguinte, apresentar profícuos desdobramentos em função dos impactos da Revolução Cubana na produção intelectual latino-americana.

44

Foi nesse período que diversos intelectuais, especialmente da argentina, mas não só, deram os primeiros passos para uma reflexão crítica sobre a produção científica e tecnológica no subcontinente, constatando o caráter dependente da ciência e tecnologias locais – mesmo período, diga-se, das primeiras publicações do que viria a ser conhecida como “teoria marxista da dependência”. No debate sobre tecnologia, a dependência consistia, segundo eles, em reproduzir acriticamente as agendas de pesquisa e de ensino adotadas no Norte Global, mantendo a dependência econômica e política do Sul. Por estes motivos, a agenda latino-americana de ciência e tecnologia deveria ser substituída por uma política científica e tecnológica que atendesse às diversificadas especificidades regionais.

A sala de aula tem o tempo todo alimentado nossas reflexões, que convergem para este arcabouço teórico e o transforma. Eu e o Gabriel Rodrigues da Cunha temos um artigo sobre o ensino de estruturas nas escolas de arquitetura, com base na nossa prática docente (MOASSAB e CUNHA, 2019). A gente vai apontar que é comum que o ensino de estruturas no Brasil – provavelmente no mundo – esteja pautado por metodologias didáticas verificativas abstratas, assentes demasiada ou exclusivamente em cálculos matemáticos, em detrimento de uma metodologia mais experimental ou intuitiva. Essa forte característica do ensino tem por pressuposto a universalidade e a neutralidade, axiomas da modernidade ocidental, pouco sensível às diversidades regionais que deveriam estar refletidas

nas diferentes matrizes curriculares. O processo de abstração matemática descontextualiza o percurso formativo das áreas tecnológicas, naturalizando a uniformidade dos conhecimentos necessários e pertinentes de norte a sul do país ou mesmo internacionalmente. Ao longo do texto mostramos a necessidade de debater alternativas ao modelo tradicional de ensino de estruturas, a partir de aportes epistemológicos que superem a universalidade, a neutralidade e a abstração das metodologias verificativas, hegemônicas na área, assentes exclusivamente em cálculos matemáticos e instrumentalizadas a serviço do capital.

No que tange à tecnologia, mais especificamente sobre o ensino em tecnologias, sentimos falta da área se perguntar a que ou a quem servem os saberes estruturais geralmente que compõem as disciplinas de estruturas. Estes saberes não são neutros, nem a sua seleção. A histórica dificuldade de encontrar um patamar ideal destas disciplinas e de seus conteúdos nas grades dos cursos de arquitetura é acompanhada de sua inadequação à realidade e da colonialidade do saber, que tem muito bem servido o modelo produtivo capitalista. O concreto armado tem seu código técnico produzido e aprimorado em função dos interesses das empresas que o fabricam. Ele é fruto de um processo decisório tecnocrático do corpo dirigente e das altas cúpulas corporativas das empresas. Na lógica dominante do saber eurocêntrico, coube aos cursos de graduação a capilarização dos saberes necessários para preparar estudantes a tais códigos técnicos. O conjunto de disciplinas de estruturas, quando bem-sucedido nesta ótica, coloca no mercado profissionais aptas e aptos quanto aos saberes cultivados. Restam as perguntas: a serviço do quê? Para qual projeto de sociedade?

45

Este ensino pautado exclusivamente pelo concreto armado e pelo cálculo de grandes estruturas não corresponde à prática profissional da maior parte dos arquitetos e arquitetas, porque distante das demandas populares de construção. Não é esta a tecnologia a atender mais adequadamente às necessidades construtivas em contextos de escassez, especialmente longe dos grandes centros urbanos. Ou seja, a formação na área – com ênfase no ensino de estruturas – está extremamente próxima da indústria e da produção industrial, fazendo cumprir, quiçá, o projeto bauhausiano, se afastando, entretanto, da população.

Dando um passo nestas muitas reflexões, o artigo procura mostrar como o racismo está implicado nessa escolha tecnológica hegemônica. Ao se consolidar como principal tecnologia construtiva no continente, o concreto armado tem colaborado no Brasil e na América Latina para a perpetuação do racismo via exploração do trabalho em toda a sua cadeia produtiva. O advento do modernismo tem uma enorme parcela de responsabilidade na consolidação simbólica e na educação do gosto das elites nacionais em favor do uso ostensivo do concreto no subcontinente. Este é um tema que venho amadurecendo há alguns anos, com base justamente nessa compreensão da colonialidade do poder centrado na ideia de raça.

E é reveladora a estranheza de vocês devido a uma professora de crítica e história estar interessada em tecnologia. A gente sempre deve lembrar que a separação do conhecimento de modo compartimentalizado é próprio da modernidade ocidental e talvez até um recurso didático que nos permite alguma facilidade de compreensão e organização do pensamento. Mas é uma falácia. A vida não se organiza dessa maneira, tampouco a nossa experiência no mundo. Acho que vale a pena perguntarmos o contrário: por que uma professora de crítica e história não se interessaria por esse assunto? Ou ainda, por que os professores e professoras de tecnologia estão tão distanciados e distanciadadas do pensamento crítico e por que não estão debatendo classe, gênero e raça? Na medida em que sabemos que a violência colonial é estruturante do país e que o racismo organiza as relações de trabalho, não vejo com surpresa fazer uma contextualização crítica e histórica do trabalho na construção civil e a sua relação com as escolhas tecnológicas – que são políticas – com a arquitetura. Muito me admira que este tema, pelo contrário, não venha sendo mais debatido. É indiscernível de uma análise dos canteiros de obras no país, o debate sobre classe e raça, o qual nossa área tem historicamente ignorado.

46

Num texto seu para a revista *Arquitextos* – “O patrimônio arquitetônico no século 21: para além da preservação uníssona e do fetiche do objeto” (MOASSAB, 2016) –, você assinalou que, por um lado, as novas perspectivas acadêmicas, artísticas e legais sobre patrimônio, no Brasil pós-constituente, tornaram-se um pouco mais inclusivas com as memórias dos povos indígenas e afrodescendentes. Mas que, por outro lado, não há tombamento de bens arquitetônicos com base em matrizes indígenas e ainda apenas 1% dos bens arquitetônicos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) concerne a matrizes africanas. Também questionou as próprias noções de patrimônio, para você atravessadas por ideias de monumentalização e cidade-cenário e “suavizadoras” das marcas do espaço advindas das contradições e violências históricas do convívio entre colonizador e colonizados. Não haveria aí uma contradição entre necessidades de se proteger os patrimônios invisibilizados e os modos de se fazer isso? Tombar arquiteturas das matrizes africana e indígena também não as espetacularizaria?

Ótima questão! Essa é uma armadilha mesmo, mas não é novidade. Isto posto, a colonialidade do poder constrói há cinco séculos subjetividades hierarquizadas, impregnadas de juízo de valor na qual “bom” e “bonito” são atributos daquilo que é produzido no Norte, pelo colonizador. Ainda que haja uma necessidade enorme de revermos a noção de patrimônio, como ela foi concebida, não podemos continuar excluindo das escolhas daquilo a preservar para as próximas gerações como digna de conhecimento e registro, as práticas arquitetônicas fora da matriz eurocêntrica. O IPHAN tem feito um esforço nesse sentido. Ano passado

fui júri nacional da 32ª Edição do prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, o qual visa a prestigiar, em caráter nacional, as ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro que, em razão da originalidade, vulto ou caráter exemplar, mereçam registro, divulgação e reconhecimento público. Foram mais de trezentos projetos inscritos em todo o país, dos quais quase cem passaram para a última etapa sendo oito os vencedores nas duas grandes categorias do prêmio, além cinco menções honrosas pela realização de projetos de excelência. O fato de ter sido convidada, na medida em que proponho problematizar esse tema, já sinaliza alguma abertura maior no instituto e do campo. Devo ressaltar que todo o júri – composto por vinte pessoas de diversas áreas do conhecimento e regiões do país - foi extremamente interessante, com perspectivas coesas, mesmo em temas mais polêmicos. O resultado foi projetos premiados muito distintos do perfil usual, no que tange a patrimônio histórico, como ações em terreiros, quilombos ou periferia urbana.

Gostaria de destacar um projeto que acabei defendendo diante do júri, que é a Mina do Veloso, em Ouro Preto/MG, na categoria patrimônio material. Vinculada ao Coletivo Ou(t)ro Preto, que problematiza a supervalorização do centro histórico da cidade colonial, em detrimento de suas regiões periféricas, a Mina do Veloso tem feito um trabalho de valorização do trânsito atlântico de conhecimento na mineração. Ou seja, há uma proposta de revisão do mito do negro escravizado por conta exclusivamente da sua força física, buscando mostrar, por meio das evidências na construção das minas, que eles também foram responsáveis pela engenharia construtiva necessária para a extração de minérios nas Américas. Um dos pesquisadores do MALOCA e do ¡DALE!, Rodrigo Nogueira, professor na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), está pesquisando a colaboração africana nas tecnologias construtivas e modos de viver naquela região, fora dos centros históricos, em diálogo com todo esse debate. Avançamos pouco a pouco, dessa forma, com base em nossa práxis, com elementos significativos para reforçar a necessidade de se reconhecer outros saberes construtivos.

47

Todo trabalho que vimos fazendo vai na direção de um grande esforço para juntarmos um acervo de dados primários, de verificações *in loco* que possam colaborar numa ampliação da gama de práticas construtivas que conhecemos, que possam aprofundar esta problematização sobre patrimônio histórico. Evidentemente que este quadro não será alterado da noite pro dia, mesmo que as instituições se renovem e se arejem. A herança de setenta anos de trajetória pautada pela perspectiva dos fundadores do IPHAN é ainda muito presente. Além disso, essa é uma disputa política que tem a ver com um projeto de sociedade. O órgão está há meses sem nomeação de presidência pelo governo federal. Não sei, inclusive, se a premiação tão de vanguarda não poderá ter tido alguma influência na acefalia do órgão nesse momento...

Então, por mais conservadora que seja a noção de patrimônio, existe uma certa

segurança simbólica muito necessária para algumas práticas e entendo uma necessidade política de defender a inclusão delas nos livros de tombamento. Claro, cada caso e cada bem tombado ou a ser requerido o tombamento merece ser cuidadosamente debatido junto à comunidade para que, sobretudo, as pessoas diretamente envolvidas tenham autonomia para decidir ou não pela via do tombamento. O que não pode é uma política de patrimonialização fechada para práticas, no caso construtivas ou arquitetônicas, oriundas de outras racionalidades.

Sobre a espetacularização, não julgo que seja um caminho de causa e efeito, no sentido do tombamento levar à espetacularização. O que tem acontecido é uma colonização do debate sobre patrimônio pelo neoliberalismo, pelo menos desde os anos de 1990, na mesma seara do planejamento estratégico, que não vê outra função para a cidade a não ser vendê-la. A agenda neoliberal é que tem transformado tudo em mercadoria e o patrimônio pode ou não atender a essa agenda – é uma disputa que está posta. O processo de tombamento visa a criar políticas e garantir verbas para preservação de determinada manifestação cultural, no caso, a arquitetura. Contudo, com a afamada defesa do “estado mínimo” e o corte de verbas públicas para esta preservação, há um crescimento perverso no uso de verbas privadas, ou em parceria público-privadas nas quais não é o interesse da sociedade ou da comunidade envolvida que está em pauta, mas o auferimento de lucros. Mais uma vez, é o avanço do capitalismo que temos que combater, é esse fagocitar pelo capital de tudo que é socialmente produzido.

48

Vou tentar reorganizar as ideias. Vejo pelo menos três caminhos paralelos e igualmente relevantes para pensarmos o patrimônio arquitetônico: (1) a inserção de práticas construtivas oriundas das distintas matrizes formadoras da sociedade brasileira; (2) ao tratar de práticas, valorizar o registro dos processos construtivos e não apenas do bem final edificado (só aí é uma grande mudança de perspectiva no que se refere ao patrimônio em arquitetura) e (3) frear a colonização do debate pela lógica de mercado que tudo transforma em produto para ser vendido.

O Brasil é a oitava economia do mundo, então, sim, é um país rico, com uma apropriação desigual da riqueza. Isso para chegar ao final da entrevista e voltar ao mesmo ponto: há que se superar o patriarcado-racista capitalista. Para começar, taxar as grandes fortunas, fazer auditoria da dívida pública, revogar todas as medidas provisórias de retrocessos em direitos sociais e trabalhistas e assim por diante. Eu realmente tenho muita dificuldade em aceitar a inércia na tomada de posição política na nossa área, muitas vezes velada pela aura da “neutralidade”, porque

como vocês perceberam ao longo da entrevista, não há tema da arquitetura que seja apartado da vida e, vida em sociedade é necessariamente política. ^ ▢

NOTAS / REFERÊNCIAS

¹ Sobre Aníbal Quijano e a teoria da dependência, ver o artigo “De/des-colonizar o urbano, insurreição nas periferias: notas de pesquisa”, de Rita Velloso, nesta *Redobra* (Nota dos editores [N.E.]).

² Ver a entrevista do arquiteto cubano Yasser Farrés Delgado nesta *Redobra* (N.E.).

³ A referida palestra tem versão na forma de artigo, tanto em espanhol quanto em português. Cf. Dussel (2008; [2008] 2015a e [2008] 2015b) (N.E.).

⁴ A tese foi convertida em livro, que foi finalista do prêmio Jabuti 2013, na categoria Ciências Humanas. Cf. Moassab (2011) (N.E.).

⁵ Andréia Moassab é a presidenta da Sesunila Seção Sindical do Andes, na gestão 2018-2020 (N.E.).

/

DUSSEL, E. Meditaciones anti-cartesianas: sobre el origen del anti-discurso filosófico de la Modernidad. **Tabularasa**, n. 9, p. 153-197, 2008.

DUSSEL, E. Meditações anti-cartesianas: sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade - Parte I. **Filosofazer**, v. 46, n. 1, p. 11-44, (2008) 2015a.

DUSSEL, E. Meditações anti-cartesianas:

sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade-Parte II. **Filosofazer**, v. 47, n. 2, p. 9-30, (2008) 2015b.

GROSFOGUEL, R. Desenvolvementismo, modernidade e teoria da dependência na América Latina. **Epistemologias do Sul**, v. 2, n. 1, p. 10-43, (2000) 2018.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

MOASSAB, A. **Brasil periferia(s):** a comunicação insurgente do hip-hop. São Paulo: Educ/Fapesp, 2011.

MOASSAB, A. Globalização, neocolonização e urbanização na África. **Teoria e Debate**, v. 1, p. 1-3, 2013a.

MOASSAB, A. Territórios fragmentados: Cabo Verde e os aspectos de uma urbanidade insular em tempos de globalização. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 20, p. 191-211, 2013b.

MOASSAB, A. O patrimônio arquitetônico no século 21. Para além da preservação uníssonas e do fetiche do objeto. **Arquitextos**, v. 17, n. 19, 2016.

MOASSAB, A. De que lado a arquitetura está? Reflexões sobre ensino, tecnologia, classe e relações raciais.

Projetar, v. 5, p. 8-19, 2020.

MOASSAB, A. e BERTH, J. Arquitetas negras: apagamento e invisibilidade. **Arquitetas invisíveis**, v. 1, p. 43-49, 2018.

MOASSAB, A. e CUNHA, G. Descolonizando o ensino de estruturas em arquitetura. Uma proposta a partir da experiência na Unila. **Arquitextos**, v. 19, n. 220.02, 2019.

NAME, L. Paisagens para a América Latina e o Caribe famintos: paisagismo comestível com base nos direitos humanos e voltado à justiça alimentar. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, 13. **Anais...** Salvador, 2016.

NAME, L. Aníbal Quijano depois do dependentismo. **Epistemologias do Sul**, v. 3, n. 2, 2019 (no prelo).

NAME, L. e MOASSAB, A. Por um ensino de paisagismo crítico e emancipatório na América Latina: um debate sobre tipos e paisagens dominantes e subalternos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, 12. **Anais...** Vitória, 2014.

NAME, L. e ZAMBUZZI, M. Notas inconclusivas sobre colonialidade, raça, arquitetura e os patrimônios material e imaterial. **Epistemologias do Sul**, v. 3, n. 1, 2019 (no prelo).

PHILLIPS, A. De uma política de ideias a uma política de presença? **Revista**

Estudos Feministas, v. 9, n. 1, p. 268-290, (1995) 2001.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, (2000) 2005, p. 107-130.

SANTOS, B.S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002.

SANTOS, B.S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, p. 3-46, 2007.

SANTOS, B.S. e MENESES, M.P. (Orgs.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2010.

SEGRE, R. **América Latina fim de milênio: raízes e perspectivas de sua arquitetura**. São Paulo: Studio Nobel, 1991.

SPIVAK, G.C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, (1976) 2010.

VERÍSSIMO, C. A importância do espaço doméstico exterior para um modelo de ecodesenvolvimento de cidades médias. O caso do Dondo, Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 100, p. 177-212, 2013.

WAISMANN, M. **O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos**. São Paulo: Perspectiva, 2011.